

## **NOVA OLINDA DO NORTE: AVANÇOS E RECUOS DE UMA CIDADE DA AMAZÔNIA**

*Nova Olinda do Norte: Advances and retreats of a city in the Amazon*

**Cinthya Martins Jardim**  
cinthyajardim@hotmail.com.

### **RESUMO:**

Analisa as singularidades da Amazônia priorizando uma abordagem histórica do lugar, proporcionando o reconhecimento do processo de ocupação econômica na região e as transformações na espacialidade onde hoje se encontra o município de Nova Olinda do Norte. Discute a formação espacial das cidades amazônicas oriundas de projetos de integração econômica nacional os quais foram implantados na década de 50 no Brasil, demonstrando como na Amazônia, as distâncias e o isolamento são socialmente produzidos e geram um fator espacial significativo, pois refletem o modo de vida e as condições específicas da cultura e da economia do lugar, identificando as singularidades locais com a finalidade de proporcionar ao leitor uma maior integração com a temática a ser abordada.

**Palavras-Chave:** Amazônia. Políticas de integração nacional. Modo de vida urbano.

### **ABSTRACT:**

Analyzes singularities of the Amazon prioritizing a historical approach of the place, providing recognition of the process of economic occupation in the region and the changes in spatiality where today is set the municipality of Nova Olinda do Norte. Discusses the spatial formation of Amazonian cities derived from national economic integration projects which were implemented in the 50s in Brazil, showing how in the Amazon, the distances and isolation are socially produced and generate a significant spatial factor, because they reflect the way of life and the specific conditions of the economy and culture of the place, identifying local singularities in order to provide the reader with greater integration with the topic being addressed.

**Keywords:** Amazon. National integration policies. Urban lifestyle.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo tem por objetivo analisar o processo de formação histórico-espacial e os avanços e as conquistas no vale do rio Madeira desde o século XVII até o século XX, os quais influenciaram diretamente na formação e na organização espacial e urbana da cidade de Nova Olinda do Norte principalmente

na década de 50. A retrospectiva da historicidade do local foi realizada com a finalidade de proporcionar ao leitor o entendimento do processo de ocupação econômica na região do Madeira e as transformações na espacialidade do município após o advento da exploração petrolífera na região Amazônica.

A primeira parte do artigo abordará o processo de ocupação histórica realizada ao longo do rio Madeira desde a época das grandes expedições de reconhecimento realizadas pelos europeus. A segunda parte direciona-se à organização espacial urbana a partir dos fatos históricos que englobam a chegada, permanência e o afastamento da PETROBRÁS do local e na terceira parte do trabalho, a abordagem será sobre as novas formas de adaptação da população local na organização urbana do município, refletindo sobre o processo de construção e reconstrução regional das cidades na Amazônia.

## **1. MATERIAIS E MÉTODOS**

A produção deste artigo é originalmente parte integrante da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM, com o título *Espacialidade e Saber: A nucleação das escolas rurais de Nova Olinda do Norte-Amazonas*, com adaptações. A operacionalização e a execução deste trabalho teve por base a utilização de fontes primárias e secundárias capazes de proporcionar a obtenção das informações históricas apresentadas nesse artigo. Estas informações foram organizadas tendo por base os levantamentos bibliográficos que consistiram na pesquisa de livros, artigos, trabalhos acadêmicos, leis e decretos para possibilitar a abordagem da historiografia do lugar, ao mesmo tempo em que, também foram realizadas entrevistas com as famílias dos primeiros moradores do município para se obter depoimentos com a finalidade de captar os sentimentos, os sonhos e os anseios dos moradores do local.

As leis ou princípios que hoje movem o método dialético são frutos do amadurecimento e do desenvolvimento da ciência moderna a partir da ação concebida insistentemente por grandes cientistas sociais como Descartes, Kant, Augusto Comte, Hegel e Marx. Todavia, Marx revolucionou este método ao incorporar ao mesmo a importância da utilização dos elementos contraditórios: o positivo e o negativo. Dessa forma, entender a conexão, interdependência e interação dos fatos presentes nos aspectos contraditórios do processo de

organização e estruturação do espaço geográfico de Nova Olinda do Norte são fundamentais para que se realize a dialética de compreensão do mundo, pois a abordagem da historicidade do local permitirá a compreensão das políticas econômicas vivenciadas na Amazônia, as quais proporcionaram e proporcionam modificações e interferências na organização espacial da área onde se desenvolveu o trabalho de pesquisa.

## **2. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Quando o enfoque científico é direcionado ao ambiente amazônico, percebemos com clareza que é preciso muito mais do que um simples olhar para entender a sua complexidade. É preciso que haja maior integração com o lugar, pois neste lugar se desenrolam as singularidades naturais e socioculturais capazes de constituir ou, ao mesmo tempo, desarticular o ecossistema amazônico. É necessário que se estabeleça um olhar englobando a sua totalidade simbólica tecida pelas particularidades humanas e naturais que compõem essa espacialidade.

Essas particularidades compõem tudo aquilo que chamamos de Amazônia e é em meio a elas e por causa delas que se estabelecem conceitos de complexidade ao tentarmos defini-la. Assim, à medida que as relações capitalistas ditam o modelo a ser seguido na Amazônia, surgem os conflitos, os medos e os anseios no cotidiano daquelas populações que ali estabelecem o seu modo de vida, quer seja pelo medo do novo ou pelo forte apego às tradições que sucessivamente foram repassadas de geração a geração. O entendimento desses conflitos direciona ao resgate da historicidade vivenciada no município de Nova Olinda do Norte, desvendando suas peculiaridades, sem esquecer que essas mesmas peculiaridades resultaram da soma da produção e reprodução do espaço amazônico englobado em sua totalidade.

### **2.1 As conquistas e a ocupação no vale do rio Madeira**

O processo de ocupação e conquista no vale do rio Madeira, retoma fatos e acontecimentos históricos ocorridos durante o século XVII na Amazônia, quando as expedições espanholas oriundas do Peru iniciaram as viagens de reconhecimento nessa região. O avanço do expansionismo português e o seu processo de dominação exploratória na área do rio Madeira intensificaram-se

quando os portugueses trouxeram consigo uma leva de homens brancos interessados em conquistar o vale do rio Madeira.

Embora não fosse de interesse dos colonizadores se fixarem definitivamente na área do Madeira, as atitudes de desbravamento ao novo território originaram constantes conflitos entre os grupos indígenas e as expedições exploratórias. Os Mura, Torá, Mundurucu, Trocano e outros passaram a ser afugentados ou induzidos à paz pela ação dos jesuítas na região a partir de 1669. Segundo Letizia (2000, p. 14-16), o objetivo espiritual intenso de reduzir o paganismo detendo-se na conversão dos nativos ao catolicismo foi exacerbadamente praticado pelos missionários nessas áreas, possibilitando o processo gradativo de lusitanização e a expansão do Estado português em toda a Amazônia.

As informações históricas relativas às primeiras fases de conquista no rio Madeira durante o período colonial são limitadas e escassas. Alguns historiadores acreditam que esse fato resulta do distanciamento da área do Madeira em relação ao litoral atlântico. Assim, os esclarecimentos históricos encontrados sobre essa região nasceram das observações feitas por missionários que serviam de escrivães e de testemunhas oculares durante as primeiras viagens de reconhecimento, quando descreviam com detalhes a paisagem local, o curso percorrido pelos rios, as riquezas e potencialidades da região e, principalmente, o modo de vida da população indígena que ali se encontrava.

Entre estes documentos, destacam-se as informações organizadas por Cristóbal de Acuña durante as viagens de reconhecimento de Pedro Teixeira e os relatos do Padre Sampaio, que também ficou conhecido como o Apostolo do Madeira, durante as viagens realizadas com Francisco de Melo Palheta em 1723. O Padre Sampaio registrou novas e minuciosas informações sobre esse rio, foi o fundador das primeiras missões no Médio Madeira e passou a ser considerado por alguns autores como o principal desbravador do rio Madeira (FERRARINI, 1981, 53-64).

Algumas explorações científicas também foram realizadas no vale do Madeira por uma comissão de engenheiros, que objetivavam coletar informações atreladas aos interesses da Coroa com a finalidade de firmar um tratado definitivo que estabelecesse os limites entre o Brasil e as possessões espanholas. Estas viagens foram comandadas pelo sargento-mor de engenheiros, Ricardo Franco de Almeida Serra, encarregado de examinar alguns lugares da província

localizados na área do rio Madeira, avaliando a colonização realizada nessa área e a navegabilidade do rio (COUTINHO, 1986, p.25). Para Loureiro (1978, p.149), informações sobre a origem das cidades amazonenses localizadas no vale do Madeira são frutos da concentração da população indígena em torno de fortificações ou de igrejas missionárias, entre elas a Missão Trocano que deu origem a primeira vila do Amazonas, atualmente conhecida como a cidade de Borba.

Segundo os levantamentos feitos por Letícia (2000, p. 17), o rio Madeira foi uma via muito procurada pelos portugueses por estabelecer contato entre o Mato Grosso e o Pará e por constituir um verdadeiro empório de drogas do sertão e de almas por cristianizar, incitando os ânimos aventureiros a realizar inúmeras viagens a fim de alcançar reputação e fortuna junto às águas do grande rio. Naquela época, poucos eram os viajantes e exploradores que se atreviam a penetrar em tão longínquas terras interioranas, muito embora a mesma já tivesse sido acometida pela ação de missionários religiosos que desconsideraram a presença de tribos nativas, classificando-a como “terra por conquistar” ou ainda como “terra de ninguém”.

Segundo Silva (1997, p. 47), a partir de 1758, os primeiros povoados localizados na área do Madeira receberam a visita de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que demonstrou interesse em transformar alguns povoados em vilas, as quais, a partir de então, receberiam topônimos lusitanos. Assim, em abril de 1758, foram tomadas providências para que o povoado de Abacaxis se transferisse do Madeira para as margens do rio Amazonas, no *sítio Itaquatara*. Nesse sítio reuniram-se Abacaxis, Mundurucu, Torá, Iruri e Arara, aos quais foram se juntando mais tarde os Aaná, Bary, Baniba, Curuaxiá, Maués, Passe, Sara, Tururi, Anicoré, Cumaxiá, Júri, Juqui, Aponariá, Juma, Urupá e Mura, que passaram a atuar mais diretamente ligados à economia extrativa colonial, dando início a um intenso e irreversível processo chamado por alguns autores de *processo de caboclicização*,<sup>1</sup> traduzido na mistura do branco com o índio.

O *sítio Itaquatara* localizava-se em um ponto estratégico e desde 1700 era considerado parada obrigatória para sertanistas e religiosos que subiam ou desciam o rio Amazonas. No dia 1.º de janeiro de 1759 foi realizada a cerimônia

---

<sup>1</sup> O autor se refere ao acelerado processo de miscigenação colocado em prática durante a política pombalina, com base no referencial analisado por Reis, 1931; Melo, 1967; Batista, 1976; e Amazonas, 1984. *Ibid.*, p. 47.

de elevação do novo povoado à categoria de vila, recebendo a denominação de *Vila de Serpa*, em virtude do processo de lusitanização que forçava a substituição de todos os nomes indígenas nas localidades que pertenciam à colônia. Porém, após a fundação da igreja de Nossa Senhora do Rosário, a vila passou a ser chamada de Vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa (SILVA, 1997, p. 51).

Em 1833, a vila foi rebaixada à condição de freguesia de Silves e somente em 1857, através do Decreto-lei n.º 74, de 10 de dezembro do mesmo ano, voltou a ser classificada como vila. Segundo Silva (1997, p. 48), somente em 1874, sob a Lei n.º 283, de 25 de abril do mesmo ano, a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa foi elevada à condição de cidade, passando a denominar-se Itacoatiara – alusão à pedra onde foram feitos desenhos trabalhados por indígenas, símbolos religiosos e inscrições realizadas pelos portugueses. Atualmente esta pedra é considerada patrimônio histórico, pois originou a grafia do nome da cidade que, aportuguesada de Itaquatiara, termo indígena do tupi *i'tá kwati'ara*, pode ser traduzido como *Pedra Pintada* ou *Pedra Riscada*. Resgatar os aspectos históricos de Itacoatiara se faz necessário para nos contextualizarmos na organização sócio-espacial da área onde hoje se encontra o município de Nova Olinda do Norte, que, desde 1886, pelo Ato de Criação n.º 243, se tornou 3.º Distrito da Comarca de Itacoatiara (SILVA, 1965, p. 95).

Para Adélia Engrácia (1988, p. 93-94), a partir de 1845, com o crescimento da comercialização da borracha no mercado mundial e as novas medidas governamentais implantadas na região, o povoamento da Amazônia foi incentivado e se iniciou nessa área uma nova fase de ocupação. Tal processo expansionista, resultante da dependência econômica amazônica ao capitalismo monopolista internacional, carregou para a região amazônica grande leva de migrantes nordestinos que rumaram em direção aos altos rios do Amazonas em busca de áreas abundantes em seringueiras, concentrando-se principalmente nos vales do Juruá, Purus e Madeira. Também para Victor Leonardi (1999, p. 129), a produção gumífera extraída do Xingu, Tapajós, Javari, Juruá, Madeira e principalmente Purus, resultou da intensa procura do produto amazônico no mercado americano e europeu, na tentativa de atender a comercialização da mesma no mercado mundial, pois foi essa importância significativa do látex na produção de pneus e artefatos de borracha que classificou o Brasil como produtor mundial de látex.

## **2.2. Da exploração do látex à descoberta do “ouro negro”**

Para Oliveira (2000, p. 206), as cidades na Amazônia são espaços produzidos, quer seja à *beira* dos rios ou das estradas, que nos retratam um determinado período marcado pela busca de riquezas. Nesse sentido, foi pela exploração do látex na área do Madeira que os primeiros núcleos com concentrações populacionais se fixaram na margem direita do rio e deram origem a Localidade de Nazaré, pois foi a vegetação rica em castanhais e seringais atraiu e concentrou nessa área a onda humana que subia os rios movidas pelo sonho da conquista de fortuna e melhorias econômicas.

Essa localidade pertencia a um proprietário português chamado Manoel Martins de França. À medida que a família França ia ficando mais numerosa, seus descendentes passaram a fundar outras localidades como: Sobradinho, Sant’Ana, Canaã e Novo Futuro, todos próximos a Nazaré, formando um pequeno povoado (VINHOTE, 1998, p. 31).

Os estudos realizados por Vinhote (1998, p. 32-34) apontam que em 1939 chegou à área do rio Madeira o comerciante Arnaldo Pereira Pinheiro que, movido pela ganância de enriquecer rapidamente, ansiava pela conquista de terras com significativa produtividade em sorva, copaíba, balata e látex de seringueira. Esse comerciante comprou as terras do lugar Sobradinho e ali se radicou na condição de comerciante e pecuarista.

A precariedade encontrada no lugar exigia a construção de uma casa de morada com melhores estruturas. Então, o novo proprietário passou a negociar com Fulgêncio Magno Rodrigues, ex-seringalista que residia no Paraná do Urariá, na localidade Olinda, onde se encontravam vários barracões em ruínas. Depois de fechadas as negociações, foram trazidas algumas telhas que ainda poderiam ser reaproveitadas na construção da nova residência do Senhor Fulgêncio no lugar Sobradinho. Após a construção e cobertura de sua nova moradia, Arnaldo Pinheiro reuniu familiares, vizinhos e trabalhadores em comemoração, afirmando que: *“Aqui estamos construindo uma nova Olinda”*. A partir daí, o lugar ficou conhecido como Nova Olinda, sendo posteriormente anexadas a essa área, as localidades de Nazaré e Sant’Ana.

A adição da expressão “do Norte” à toponímia do lugar é fruto da Lei n.º 096 de 19 de dezembro de 1955, acrescentada pelo então governador Plínio Ramos Coelho, passando a ser reconhecida legalmente como *Nova Olinda do Norte*.

Apesar de legitimada pela política local, a criação de um município não pode ser concebida apenas como uma determinação espontânea do mesmo, pois se faz necessário analisar e contextualizar o momento histórico-econômico atrelado aos inúmeros interesses locais, nacionais e internacionais.

Nova Olinda do Norte não excedeu a essa regra. A partir de abril de 1953, aquele pequenino povoado que convivia e sobrevivia com uma base econômica agrícola e extrativista voltada para a subsistência viu-se abruptamente invadido por embarcações que nada tinham a ver com os tapiris, canoas, regatões e barcos de pequeno porte comuns à sua realidade.

Essa novidade chegou causando enorme alarido e modificou radicalmente a organização social que ali se encontrava estabelecida. Essas embarcações rebocavam grandes alojamentos flutuantes, faziam paradas e detonações em determinadas áreas e, finalmente, fixaram sua base de operações no povoado Nova Olinda, plantando na terra e no coração dos comunitários a semente dos primeiros sonhos e esperanças de que dias melhores viriam.

Embora no princípio esses acontecimentos tenham causado surpresa e espanto aos moradores do pequeno povoado, lentamente cada mudança foi sendo integrada ao dia-a-dia dos comunitários e encarada com mais naturalidade. Afinal, tomou-se conhecimento de que se tratava de uma empresa estatal criada pelo *Conselho Nacional do Petróleo*, a Petrobras, que tinha como finalidade explorar o petróleo na Amazônia Legal.

Segundo Benchimol (1979, p. 81-84), à medida que se intensificavam as pesquisas, confirmavam-se fortes indícios da existência de um grande lençol petrolífero no subsolo da localidade Nova Olinda. Em agosto de 1953, os técnicos da Petrobras chegaram para a construção da Torre Pioneira NO-1-AM e para a instalação da Base de Apoio Operacional. O pequeno povoado viu-se como manchete nacional, ao mesmo tempo em que seu espaço passou a ser disputado vorazmente por uma corrida generalizada de pessoas que vinham de fora na tentativa de conquistar um pedaço de chão na mais nova *terra do Ouro Negro*. A emoção diante da espantosa vazão do ouro negro não demorou a irradiar sentimentos de conquista por toda a Amazônia, enquanto a imprensa brasileira anunciava ter sido descoberto em Nova Olinda o maior campo petrolífero do Brasil, fato este que recebeu amplo noticiário no *New York Times*.

Aos antigos moradores, depois de passado o susto inicial, restava apenas a opção de aceitar a imposição do novo e a tentativa de se integrar à nova realidade. Segundo Oliveira (2000, p. 44), esse período pode ser configurado como a destruição do tempo de uso sendo substituído pelo tempo de troca, ao apropriar-se de mecanismos de controle da vida pela dependência que ela passou a ter do mercado. Assim, os moradores passaram a ceder aquilo que, no seu imaginário popular, era legítima e definitivamente deles: *seu pedaço de chão*.

As áreas onde se encontravam as antigas plantações de mandioca foram destruídas, cedendo espaço para que em seu lugar fossem construídos galpões, alojamentos, escritórios, enfermarias, escolas e área para desportos e lazer. Antigos moradores revelam que, da vegetação existente naquela área, só foram poupadas algumas castanheiras, onde foram instalados serviços de alto-falante, por onde se ouviam as informações mais urgentes e a convocação de operários para atuarem nos serviços mais pesados.

Integrar a equipe da frente de trabalho da Petrobras era muito mais que uma honra para alguns aventureiros. Era a concretização dos sonhos e das esperanças que se sobrepunham às metas idealizadas nos seringais e castanhais da região. Era a conquista do novo, o despertar para o moderno.

Ergueu-se um muro, limitou-se a área de acesso, controlou-se o espaço recém-organizado utilizando-se de mecanismos de fiscalização. Foi instalada a vigilância para a manutenção do poder (FOUCAUT, 1986, p. 176-177). Em meio a sonhos, conquistas e mudanças, nasceu assim a Base de Apoio Operacional da Petrobras de onde partiam as decisões que influenciariam diretamente na vida da população local.

As atividades petrolíferas contribuíram para o grande movimento migratório direcionado à Nova Olinda, originando o aumento da concentração populacional no local e o surgimento de novas atividades produtivas e comerciais. O jorro do petróleo na NO-1- AM ocorrido em 13 de fevereiro de 1955 deu início ao presságio de que Nova Olinda se tornaria a *Cidade do Petróleo*. Esse fato passou a ser massificado em âmbito nacional pelo Governo Federal, mas toda essa agitação exigia de imediato a criação de infraestrutura que possibilitasse a veiculação e integração da sede do povoado com a capital, pois a descoberta de petróleo em Nova Olinda tinha originado um surto de crescimento na arrecadação tributária. Nesse sentido, surgiu a preocupação em implantar no lugar uma

organização político-administrativa voltada para estruturar a localidade com segurança, água, esgoto, luz elétrica, saúde e educação, tendo em vista a previsão de transformá-la em uma região hidromineral (VINHOTE, 1998, p. 38).

Em Nova Olinda, foram perfurados cerca de quinze poços e, por volta de 1956 e 1957, ocorreram jorros nos poços NO-2-AM e NO-3-AM, configurando-a como a *Cidade do Petróleo*. Segundo Rodrigues (1980, p. 8), esse fato influenciou na recepção de *ilustres* visitantes da política brasileira como a visita dos presidentes da República Café Filho (1955) e Juscelino Kubistchek (1957), os quais, de acordo com os relatos da época, fizeram questão de levar em suas roupas a marca do petróleo de Nova Olinda do Norte.



**Figura 1** - Chegada do presidente Café Filho em 1955 durante a descoberta de petróleo em Nova Olinda do Norte. (Foto: Acervo Marcos Araújo).

A pequenina cidade crescia com ares de modernidade, cheia de esperanças e entusiasmo, e tudo aquilo que na época era considerado como progresso, se refletia nos traçados das ruas com calçadas de pedras, na iluminação das praças que pareciam verdadeiro dia ao cair da noite e nas estradas recém-construídas pela Petrobras. Decorridos nove meses do primeiro jorro do petróleo, os interesses econômicos vivenciados na pequenina localidade motivaram de forma direta para que fosse sancionada a Lei n.º 096 de 19 de dezembro de 1955, legalizando a criação oficial do município de Nova Olinda, ao qual foi adicionada a expressão do Norte, passando a ser conhecida oficialmente como Nova Olinda do Norte, com uma área de 7.478 km<sup>2</sup>.

A oficialização do município e as descobertas feitas em seu subsolo evidenciaram que a criação dessa nova territorialidade jurídica deveu-se exclusivamente à descoberta do petróleo nessa área, pois aquele momento vivenciado pelo novo território refletia não só os interesses econômicos envolvidos na exploração petrolífera como também os interesses dos governos brasileiro e

norte-americano em pesquisar e explorar o produto comercialmente, pois, segundo Benchimol (1979, p. 84), as primeiras análises realizadas por estudiosos e técnicos, confirmavam que a reserva petrolífera encontrada era tão grandiosa que seria capaz de proporcionar o pagamento total da dívida externa brasileira e ainda suprir o abastecimento de todo o país contribuindo para o seu desenvolvimento industrial na região.

Com a instalação do município em 31 de janeiro de 1956, tomou posse como primeiro prefeito de Nova Olinda, Hormisda Elias Mitoso, que, em alguns meses, mandou reformar uma casa de madeira coberta de palha situada na primeira rua da cidade e nela fez o reconhecimento oficial da primeira Prefeitura Municipal de Nova Olinda, contrastando com a imponência dos prédios de alvenaria localizados na área da base da Petrobras.

Tudo levava a crer na durabilidade do sonho e muitos foram aqueles que se aventuraram e chegaram em Nova Olinda trazendo apenas algumas mudas de roupa, a coragem e a esperança pela crescente oportunidade de ganhar um emprego como “Soldado do Petróleo”<sup>2</sup>

A crescente oportunidade de ganhar emprego, trabalhar na Petrobras e ficar rico, a atração que as modernas construções no meio do mato e o fascínio na febre de ouro negro, faziam com que caboclos e gringos de todos os lugares desse mundaréu de Deus, esquecessem as feridas da ilusória aventura da borracha e rumassem nas pequenas embarcações para a pequena Nova Olinda do Norte, começando assim uma nova cidade, brotada de uma semente de petróleo.

### **2.3. Conflitos, contradições e resistência na organização de novas espacialidades**

A organização espacial de Nova Olinda do Norte foi reproduzida e se reproduziu mediante um período de euforia econômica que não pode ser entendido apenas como o ápice das relações de produção nela implantado, pois na cidade se materializaram práticas sócio-espaciais concretas realizadas pelas pessoas que nela residiam, firmando laços permanentes de valor de uso com o lugar, as quais foram muito além dos interesses econômicos e exploratórios na Amazônia.

---

<sup>2</sup> A *CRÍTICA*, Manaus, 05 abr. 1980, p. 5.

Nesse sentido, uma parte dos sonhos e anseios almejados no lugar se esvaiu quando o período de euforia econômica na cidade chegou ao fim em 1965, após a Petrobras romper os laços com o município, alegando como desculpa a afirmativa de que o petróleo encontrado no município era de má qualidade, pois segundo as informações contidas no Relatório Linck, o hidrocarboneto da região era inviável para comercialização.

Segundo Benchimol (1979, p. 95), o Relatório Linck é a peça indispensável para mais ampla compreensão das angulações críticas do problema e das soluções de produção e consumo, responsável por influenciar diretamente nas decisões que determinaram o fechamento dos poços e o cessar das explorações petrolíferas em Nova Olinda do Norte.

Para Djalma Batista (1976, p. 191-192), a significativa produção petrolífera que, em 1955, levou Nova Olinda a tornar-se noticiário nacional reflete o jogo de interesses do qual o Brasil começou a participar na década de 30, quando o capital estrangeiro começou a tentar solapar a orientação nacionalista na pesquisa e na exploração das jazidas do país.

Os sentimentos de perda e conflitos vivenciados pela população local com a saída da Petrobrás do município após cessar as explorações petrolíferas na área pertencente a Nova Olinda do Norte propiciou a resistência para que na cidade se implantasse um novo estilo de vida que deveria retomar as atividades no setor primário regional, pois embora para a Petrobras e para os interesses do Estado, a cidade tivesse perdido a sua importância e seu valor de uso econômico regional, para todos aqueles que para lá se dirigiram e plantaram naquele lugar o sonho de avançar para novas perspectivas a derrota maior seria desistir de suas esperanças.

Segundo Vinhote (1998, p. 45), a perda de valor de uso da cidade diante dos reais interesses que lutaram pela sua criação, foi evidenciada pela Lei n.º 1.707 de 23 de outubro de 1985, que decretou a redução da área de extensão de Nova Olinda do Norte de 7.478 km<sup>2</sup> para 5.887 km<sup>2</sup>. Este fato asseverou o quanto a exploração dos recursos minerais na Amazônia foram ( e são) a grande meta do capital internacional, pois, nessa época vivenciávamos a política do “exportar é o que importa” defendido na década de 80 pelo Ministro Delfim Netto, que originou o escândalo da “nacionalização” internacionalizada que mascarava a marcha da

estratégia militar de um desenvolvimento multinacionalizado (OLIVEIRA, 1997, p. 15).

Com o cessar do jorro do ouro negro e a desativação da sonda de Nova Olinda, o sonho que alimentou sentimentos, amores, ilusões e, sobretudo, a esperança do homem interiorano que residia em Nova Olinda ou que para ali se direcionou buscando conquistar melhores condições de vida deu lugar à frustração e ao desespero. A partir de então, a Amazônia ficou relegada a plano secundário e silencioso, talvez porque a Petrobras decidisse atenuar os efeitos psicossociais da frustração no Madeira ou porque os baixos preços do petróleo no mercado internacional não fossem totalmente rentáveis para justificar a execuções de custosos projetos nas bacias sedimentares da Amazônia (BENCHIMOL, 1979, p. 87).

O desespero, o desapontamento e a tristeza em consequência desse ocorrido estão bem definidos no pensamento de Vinhote (1998, p. 52), quando afirma:

Nova Olinda sofre novas frustrações e aumentam as suas dificuldades; chora e resente-se pelo abandono, depois de sua criação e de ter nascido em 'berço de ouro' numa das regiões mais ricas e pródigas, onde a natureza nos presenteou com as maiores riquezas em seu subsolo que até hoje permanece inexplorado, inerte e esquecido pelo poder público.

Com o afastamento da Petrobras do município, iniciou-se o caos; os migrantes que foram atraídos pela possibilidade de enriquecimento esvaíram-se, ocasionando uma redução alarmante na população local. Aqueles que ali se mantiveram, ficaram pelos laços afetivos firmados com Nova Olinda ou pela falta de melhores perspectivas para o novo. Porém, quem ali permaneceu foi obrigado a conviver com a redução do faturamento municipal e precisou se adequar novamente a uma economia baseada na subsistência ou no setor primário.

A década de 70 ficou marcada pelo abandono. A maioria dos prédios pertencentes à Petrobras se encontrava entregue à deterioração. Por isso a empresa assinou convênio com a Prefeitura Municipal, entregando temporariamente o seu acervo ao município por um período de vinte anos, onde foram imediatamente instaladas diversas repartições como: escolas, Prefeitura, Câmara Municipal, hospital e algumas residências familiares e hospedagens para visitantes.

Mas início da década de 80, a cidade voltou a ser novamente palco de pesquisas sigilosas na área do rio Curupira, a 23 km de Nova Olinda do Norte, onde foi instalada uma nova base operacional da Petrobras com a finalidade de procurar as reservas de sal-gema para a Petromisa. Novamente os antigos sonhos de prosperidade, há muito adormecidos, começaram a fluir originando no imaginário popular e nos bate-papos dos bares e pracinhas a ilusão de que a chegada da Shell com aproximadamente 5.000 homens traria de volta os áureos tempos da descoberta do ouro negro vivenciados na década de 50 no município. No entanto, com o passar dos meses essas explorações também foram suspensas e a população retomou o ritmo de uma pacata cidade interiorana da imensidão Amazônica.<sup>3</sup>

Somente em 1982, o acervo pertencente à Petrobras foi comprado pelo poder municipal por um preço simbólico de Cr\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros), sendo incorporado como patrimônio municipal durante o mandato do prefeito José Gomes de Albuquerque.<sup>4</sup> Atualmente, somente alguns desses prédios se encontram em perfeitas condições de uso, sendo utilizada como sede da Prefeitura Municipal, do Fórum, da Escola Estadual Nossa Senhora de Nazaré, do IDAM e como instalação da Pestalozzi no município, mas a grande maioria dos mesmos se encontra entregue ao abandono ou é utilizada precariamente como moradia por algumas famílias de baixa renda.



**Figura 2** – Antigo alojamento da Petrobras que atualmente é utilizado como moradia – Bairro da Base (Foto: Cinthya Jardim, 2001).

<sup>3</sup> A *CRÍTICA*, Manaus, 8 abr 1980, p. 8.

<sup>4</sup> *PROJETO-LEI N.º 001/82 de 2 de março de 1982* da Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte que dispõe sobre a autorização de compromisso de compra do imóvel denominado Base, pertencente a Petrobras – Petróleo Brasileiro S. A.

Na década de 2000, houve uma nova tentativa da administração municipal para atrair os interesses do capital internacional para o município. Desta vez, o foco centralizou-se na tentativa de iniciar a exploração de cloreto de potássio (silvinita) encontrado em depósitos contíguos que se estendem da área de Nova Olinda do Norte até o município de Itacoatiara. Amparados nas pesquisas feitas pela Petrobras na década de 70, as quais apontam no subsolo do município a existência de 300 milhões de toneladas de silvinita, avaliadas em US\$ 750 a cada mil quilos. E, levando em consideração a dependência econômica do Brasil que importa 92% do potássio que consome, iniciou-se no município uma verdadeira campanha para mobilizar e resgatar os interesses econômicos em âmbito estadual e nacional, intitulado o município desde o ano de 2005 como a promissora “*terra da Silvinita*”.<sup>5</sup>

Novamente, a pequena cidade localizada à beira do rio Madeira, vivenciou a esperança de voltar a alimentar seus sonhos de prosperidade econômica. No entanto, hoje ela permanece em um caminhar contínuo de grande espera. Continua a amarrar seus sonhos na tentativa de alcançar o tão almejado “progresso”, mesmo que essa espera venha a tornar a cidade mais uma vez dependente dos interesses políticos e econômicos governamentais pois estes, estão atrelados aos mecanismos que perseguem a autossuficiência do Brasil na produção de fertilizantes.

Relatar esses acontecimentos se faz necessário para reafirmar que os poderes de âmbito regional, nacional e mesmo internacional influenciam diretamente na economia, na educação, na cultura e em toda a estrutura organizacional que faz parte da história particular e complexa das cidades amazônicas, contribuindo para que as mesmas sejam inseridas na teia de interesses financeiros que nortearão a conjuntura municipal e a vida da população local.

Ao longo da história, a busca de uma “vida melhor” nas cidades, passou a ser fator atrativo para milhares de pessoas que são motivadas pela perspectiva de um crescimento socioeconômico capaz de lhes proporcionar o surgimento de um novo homem aberto a novas possibilidades. Dentro dessa ótica, é preciso analisar a produção do espaço urbano além de sua aparência, de sua dimensão, do seu

---

<sup>5</sup> << [www.novaolindaterradasilvinita.blogspot.com](http://www.novaolindaterradasilvinita.blogspot.com). Acesso em 19/05/2012.

concreto, além daquilo que pode ser caracterizado como *cidade*, visto que, a cidade resulta de uma sucessão de momentos históricos e sua produção está em constante renovação, propiciando o surgimento de novas formas e funções, à medida que esta mesma sociedade e seus respectivos interesses também se modificam.

Portanto, para que haja o entendimento da estrutura urbana que hoje permeia a cidade de Nova Olinda do Norte foi necessário reportar-se a sua herança histórica marcada pela exploração petrolífera na região Amazônica na década de 50, identificando-se os processos de urbanização vivenciados pela população local e os processos econômicos, sociais e culturais que contribuíram para originar o atual aspecto paisagístico da cidade, pois segundo Milton Santos (1989, 72), em todos os momentos as formas criadas no passado têm papel ativo na elaboração do presente e do futuro nos processos de organização espacial.

A cidade é o lugar do encontro, pois dentro do seu espaço não deixa de haver o conflito entre as práticas sociais e culturais, as quais possibilitam as alterações dos valores pré-concebidos em consequência da troca de convivência pessoal dentro de um mesmo espaço. Para Lefebvre (1974, 17), a cidade é dinâmica e esse seu dinamismo possibilita que ela se torne o lugar do encontro para a troca da convivência social. Assim, é o dinamismo e os conflitos sociais vivenciados nas cidades, que a impossibilitam de se organizar de forma igualitária.

O espaço urbano de Nova Olinda do Norte se reproduziu a partir de interesses econômicos que originaram profundas alterações no cotidiano do homem amazônico que ali residia, modificando a sua vida social e a espacialidade local. Atualmente, a espacialidade urbana que constitui a sede do município caracteriza-se pela área pertencente ao centro da cidade, onde se localizam a Matriz, a Agência dos Correios, uma Agência Bancária, a Delegacia, o porto, a rua do comércio com padarias, lanchonetes, postos de gasolina, salão de beleza, bazares, farmácias, lojas de material de construção e supermercados. Nessa área também se encontram situadas as melhores unidades habitacionais e os moradores mais antigos da cidade. As suas residências, em sua maioria, são casas de alvenaria, muradas e com um padrão estético modernizado. Atualmente, as ruas possuem cobertura asfáltica por onde circulam diariamente um grande fluxo de pessoas, na sua maioria ciclistas e motociclistas.

Na parte leste da cidade, encontra-se o Bairro da Base onde estão instalados os antigos prédios da Petrobrás, os quais se tornaram o cartão postal de entrada para quem chega até a cidade, via fluvial. A grande maioria desses prédios se tornaram abrigos e servem de residência para algumas famílias que, movidas pelas necessidades financeiras, os transformaram em moradia temporária até conseguirem para si um loteamento. O traçado das ruas, a arquitetura dos prédios abandonados e o calçamento de pedras; traduz nos fins de tarde uma sensação de tristeza e impotência quando se recorda todos os sonhos que ali foram sonhados e que ali se desfizeram.

Na tentativa de resgatar essa parte da cidade para a modernidade, deu-se uma cobertura asfáltica no traçado das ruas de pedras construídas pela Petrobras, porém as pedrarias insistem em reaparecer como que para não deixar esquecer tudo aquilo que um dia já foi considerado como ponto máximo de progresso urbano.



**Figura 3** – Vista aérea do Bairro da Base (Foto: Maressa Tanaka, 2012).

Recentemente foram loteados terreno nas áreas nordeste e oeste da cidade, que deu origem a novos bairros na cidade. No entanto, percebe-se claramente que algumas áreas desses bairros são frutos de *invasões* realizadas por populações de baixo poder aquisitivo. Este fato se evidencia ao observarmos a construção desordenada de moradias, a ausência de infraestrutura sanitária e a falta de planejamento urbano, originando ruas estreitas, com traçados irregulares e esgoto a céu aberto. Estes fatos originam conflitos entre os moradores dessas áreas e o responsável pelo Setor de Tributação da Prefeitura Municipal que vê pouca alternativa para solucionar o problema. Assim, a espacialidade urbana de Nova Olinda do Norte é também uma espacialidade hierarquizada, onde as áreas

ocupadas pelos seus moradores refletem de certa forma, o padrão econômico e a posição social que ocupam na cidade.

A principal base econômica do município centraliza-se no Setor Terciário, pois as atividades comerciais exercem uma elevada dinamicidade nesse setor em virtude da proximidade do município com a capital do Estado, porém o período de maior circulação monetária fica na dependência do pagamento do funcionalismo público municipal ou estadual e da aposentadoria dos idosos vindos da zona rural, que se deslocam até a cidade para receberem e comprarem os produtos de sua necessidade. As demais necessidades de consumo que não podem ser atendidas no local são transferidas para Manaus.

Normalmente, o abastecimento alimentar na cidade mantém-se pela importação de produtos, inclusive, frutas e verduras vindos de Manaus. A comercialização desses produtos é realizada por supermercados locais, açougues e nos mercados municipais onde se realiza o consumo de carnes, peixes, frutas e verduras.

No Setor Primário, a agricultura é mais expressiva na produção de culturas como: mandioca, milho, feijão, arroz, melancia, banana cupuaçu e maracujá seguido pela pecuária representada principalmente por rebanhos bovinos e suínos. O Setor Secundário é bastante inexpressivo, onde se encontram apenas algumas olarias, serrarias, carreiras para serviço de embarcação, marcenarias e algumas fábricas de móveis artesanais.

Segundo Oliveira (2000, p.82), normalmente, as cidades que se enquadram como reservas de exploração mineral são vistas como as futuras possibilidades para as perspectivas econômicas a serem implantadas para toda região, por isso estão sendo deixadas em “*repouso temporário*” até o momento de se tornarem realmente significativas no mercado.

No caso de Nova Olinda do Norte, a alegada falta de infraestrutura (pois não há uma interligação rodoviária direta com Manaus), a preocupação com a questão ecológica e a profundidade do minério de silvinita superior a 1.000 m, são tidas como os enclaves que contribuem para o adiamento da implantação dos projetos para exploração das minas no município. Essas questões servem para camuflar as meras desculpas que norteiam os jogos de interesses governamentais, pois de acordo com essa visão, Nova Olinda do Norte é apenas mais uma área de reserva com contagem regressiva para sofrer novas transformações em sua

estrutura espacial, correndo novamente o risco de ser programada, controlada e manipulada pelos interesses capitalistas, fato este que acaba reduzindo a população local à passividade, ao conformismo e ao silêncio.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De modo geral, percebe-se que há na cidade perfeitas condições para o seu desenvolvimento socioeconômico, porém a instabilidade econômica e a falta de vontade política comprometem não só a qualidade de vida da população local, como a resolução dos problemas de base das sociedades interioranas, pois nesse lugar também encontramos os mesmos problemas dos grandes centros urbanos: desemprego, prostituição e um elevado índice de jovens desocupados que apresentam uma dependência crescente e alarmante de uso de drogas.

Apesar das conquistas e das decepções vivenciadas no município, os laços estabelecidos com o lugar continuam atados pelo amor nutrido a essa cidade que um dia já foi considerada e reconhecida em todo Brasil, como a “Cidade do Petróleo”. Esse amor que o homem amazônico nutre à sua terra e ao seu rio é que cria as possibilidades para a manutenção de seus sonhos, para continuar lutando e para continuar acreditando que certamente, dias melhores virão, pois será de suas ações, compromissos, fracassos, sucessos, encontros e desencontros é que surgirão os novos caminhos a serem trilhados pelas pequenas cidades amazônicas.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Conquista. 1976. (Coleção Temas Brasileiros).
- BENCHIMOL, Samuel. *Manual de Introdução à Amazônia*. Manaus: Reprográfica, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Petróleo na Selva do Juruá*. Manaus: Edição da Universidade do Amazonas, 1979.
- CARLOS, Ana Fani Alessandrini. *A (Re) Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- COUTINHO, João Martins Souza. *Relatório sobre alguns lugares da província do Amazonas – especialmente (sic) o rio Madeira*. Manaus: Edição FAC Simulada, 1986.
- FERRARINI, Sebastião Antonio. *Borba, a primeira vila do Amazonas*. Manaus: Metro Cúbico, 1981.

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LEFÉBVRE, Henri. *O Direito a cidade*. São Paulo: Difel, 1974.
- LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: UNB, 1999.
- LETIZIA, Maria Eva. *A identidade étnica e sócio-cultural dos habitantes do vale do rio Madeira, radicados no município de Humaitá, Estado do Amazonas – Brasil*. Grenoble – França: Crelit – Universite Stendhal – Grenoble III, 2000.
- LOUREIRO, Antônio José Souto. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia. Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, 1988. 65-115.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. 5ª Ed. São Paulo: Papyrus, 1997.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva*. Manaus: Ed. Valer, 2.000.
- RODRIGUES, Lezilda Tavares. *A educação em Nova Olinda do Norte: histórico e perspectivas*. São Paulo: 1980. 100 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia, Ciências e Letras) Faculdade do Sagrado Coração de Jesus de Bauru, São Paulo.
- SANTOS, Milton. *O Espaço e a sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- SILVA, Francisco Gomes da. *Cronografia de Itacoatiara*. Manaus: Papiros, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Itacoatiara, roteiro de uma cidade*. Manaus: Editora do Governo do Estado do Amazonas, 1965.
- VINHOTE, Manoel Jonas. *Registros Históricos de Nova Olinda do Norte – 1955 a 1998*. Manaus: Distribuidora de Livros Brasil, 1998.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3ª. ed. São Paulo: Itatiaia, 1988. (Coleção Reconquista).

## **LEIS E DECRETOS**

AMAZONAS. Imprensa Oficial. “Diário Oficial do Amazonas”. *Lei Orgânica do Município de Nova Olinda do Norte*. Manaus, 24 de maio de 1990.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei n.º 001/82, de 2 de março de 1982, da Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte, que dispõe sobre a compra dos prédios da Petrobras.

## **JORNAIS, REVISTAS E BOLETINS**

ADOLFO, Mário. Nova Olinda teve seus dias de Arábia Saudita. *Jornal A Crítica*. Manaus: 5 de abril de 1980. 5.

\_\_\_\_\_. O dia em que JK tomou banho de petróleo em Nova Olinda. *Jornal A Crítica*. Manaus: 7 de abril de 1980. 5.

\_\_\_\_\_. O caboclo informa: sai Petrobrás e entra Shell. *Jornal A Crítica*. Manaus: 8 de abril de 1980. 8.